

2ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE JAGUARIÚNA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

A Exma. Sra. Dra. Ana Paula Colabono Arias, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Jaguariúna do Estado de São Paulo, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, e interessar possa, que será realizado leilão público através do Leiloeiro **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO**, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 754, da **Gestora Picelli Leilões**, a ser realizada de forma híbrida no sítio eletrônico www.picellileiloes.com.br, ou presencial no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 (*artigo 11 parágrafo único da Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ*).

Processo: 1003374-02.2017.8.26.0296

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – CHEQUE

EXEQUENTE: SCOCHI & FORTES FOMENTO MERCANTIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF 00.027.446/0001-00, por seu representante legal, **LUIZ CALROS FORTES**, inscrito no CPF/MF 040.626.628-09.

EXECUTADO: GUILHERME MARTINS MONTAGNER, inscrito no CPF/MF 289.137.178-08.

INTERESSADOS:

- ✓ Prefeitura Municipal Jaguariúna, CNPJ/MF nº 46.410.866/0001-71, na pessoa do procurador.
- ✓ CONDOMINIO LAGO DA BARRA, CNPJ sob o nº.26.342.762/0001-60 por seu representante legal.
- ✓ Processo nº 0012203-74.20145.15.0092 em trâmite na 5ª Vara do trabalho de Campinas/SP.

DO CERTAME

1ª Praça: Iniciará no dia **18/03/2025 às 14h20min** e encerrará no dia **21/03/2025 às 14h20min**.
DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 1.126.080,84 (um milhão, cento e vinte e seis mil, oitenta reais e oitenta e quatro centavos), para janeiro de 2025, que será atualizado até a data do leilão, conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção até:
2ª Praça: Iniciará no dia **21/03/2025 às 14h20min** e se encerrará no dia **24/04/2025 às 14h20min** (horário de Brasília).

DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 563.040,42 (quinhentos e sessenta e três mil e quarenta reais e quarenta e dois centavos), que corresponde **50% do valor da avaliação, que será atualizado até a data do leilão**. Conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

DA DESCRIÇÃO DO BEM: A FRAÇÃO IDEAL DE 1.443.1200 METROS QUADRADOS OU 0,222440411815% OBEJETO DA Matrícula 497 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Jaguariúna/SP. QUE CORRESPONDE À CASA RESIDENCIAL ASSOBRADADA N° 344 (TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO) DO TIPO “2”, EM CONSTRUÇÃO, situado na Rodovia Governador André Franco Montoro, KM 3,729, no perímetro urbano deste distrito, município e comarca de Jaguariúna-SP, composta de: pavimento térreo, com sala de estar/jantar, escada de acesso ao pavimento superior, lavabo/wc, escritório/sala de TV, cozinha, área de serviço, despensa, garagem, jardim, e pavimento superior, com escada, hall, banheiro, 03 (três) dormitórios, designados: dormitório “1”, dormitório “2” com terraço e um dormitório do tipo suíte com closet e banheiro privativo, com as seguintes áreas: útil de edificação de 150,0000 metros quadrados, comum de 0,7072598 metros quadrados, total de 150,7072598 metros quadrados, ocupando a área de 87,0400 metros quadrados em seu terreno privativo, encerrando a área de 526,3700 metros quadrados; restando uma área privativa de 439,3300 metros quadrados, que corresponde a jardim e quintal, cabendo ainda a esta unidade a participação de 916,75 metros quadrados nas áreas de uso comum, perfazendo assim, no total do terreno do condomínio uma fração ideal de 1.443,1200 metros quadrados ou 0,222440411815%.

CONSTA NO LAUDO DE AVALIAÇÃO – Segundo Laudo Pericial de Gustavo Guedes de fls. 406/431 *“Pode ser observado no local, é que trata-se de casa auxiliar ou de lazer da Casa 345.” Consta → Área construção: 229,53m² (conforme IPTU) → Área terreno privativa: 439,33m² (conforme Matrícula) Total: 1.443,12 → Inscrição cadastral: 08.0088.0780-344 → Possui garagem coberta para quatro veículos → Piscina e área de lazer nos fundos → Padrão construtivo superior → Imóvel não apresenta necessitar de reparos → Idade aparente: 5 anos → Imóvel apresenta manutenção → Região atendida por serviços públicos → Aproximadamente a 5,6km do centro da cidade*

LOCALIZAÇÃO: Rodovia Governador André Franco Montoro, 801, – Condominio Lago da Barra, CEP 13913-340 – Jaguariúna/SP - Rua dos Pessegueiros, 344, Lago da Barra, (O acesso ao imóvel para quem parte do centro da cidade é efetuado pela Rua Maranhão até a Rodovia Vicinal Oscar Pereira Dias, seguindo pela Estrada Governador André Franco Montoro até o condomínio.)

AVALIADO: R\$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais), em outubro de 2022 – Fls. 407 a ser atualizado até a data do leilão, pela Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Matrícula 497 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Jaguariúna/SP.
Código Cartográfico: 08.0088.0780-334

DEPOSITÁRIO: GUILHERME MARTINS MONSTAGNER, CPF: 289.137.178-08

DO ÔNUS: Consta PENHORA do processo em epígrafe, fls. 203 devidamente averbado na AV.08. Consta AV.07 – AJUIZAMENTO DE AÇÃO nos autos do processo 1003374-

02.2017.8.26.0296 em trâmite na 2ª Vara Cível de Jaguariúna/SP. Conta Av. 09 – **INDISPONIBILIDADE** nos autos do processo nº 00122037420175150092 em trâmite na 5ª vara do trabalho de Campinas/SP. Conforme consulta no web site da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, não consta os **DÉBITOS FISCAIS**, conforme consulta em 20 de dezembro de 2024. Eventual regularização de baixa dos ônus da referida matrícula será feita pelo arrematante. Não constam nos autos demais débitos, recursos ou causa pendente de julgamento além do acima mencionado sobre o bem penhorado até a presente data. Houve *due diligence* e este leiloeiro constatou após consulta no TRT2 e TRT15 **que há processo trabalhista** em trâmite em face ao executado, certidão integrante a presente.

Observação Conforme acordo do gravo de Instrumento nº2218105-07.2023.8.26.0000 “o imóvel nº 344 de casa auxiliar ou de lazer da casa nº 345 (de residência do agravante), este imóvel não é considerado bem de família, ademais, possui matrícula individualizada, assim como, conta de água e luz separadas. Portanto, é passível de penhora e apropriação.”

Débitos de IPTU e demais taxas e impostos, bem como débitos condominiais (de natureza propter rem) serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do art. 130, ‘caput’ e parágrafo único, do CTN c/c art. 908, § 1º, do CPC.

As intimações das datas do leilão público, serão realizadas através dos advogados constituídos e, acaso não haja, será realizado no endereço do executado constante nos autos, sendo negativo a publicação do edital servirá como válida, não cabendo alegação de nulidade.

DO DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 302.486,25 (trezentos e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos) junho/2024 – fls.494.

DO IMÓVEL: Demais informações de que sobre o bem recaia outros ônus, recursos ou causa pendentes deverão ser consultadas nos autos pelo interessado. O bem será vendido no estado de conservação em que se encontrar, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para o leilão, bem como dívidas pendentes sobre o bem e não descritas neste edital (Art. 18º da Resolução 236/2016 - CNJ). Os débitos da arrematação correrão por conta do arrematante, inclusive impostos, taxas, emolumentos, seguros são de conta e responsabilidade exclusiva do arrematante (29º da Resolução 236/2016).

DOS ÔNUS HIPOTECÁRIOS e TRIBUTÁRIOS: A hipoteca extingue com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1499, VI, do CC). Havendo pluralidade de credores (inclusive os garantidos por penhora) ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências, conforme art. 908 e parágrafos do CPC. Débitos de IPTU e demais taxas e impostos, bem como débitos condominiais (de natureza *propter rem*) serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do art. 130, ‘caput’ e parágrafo único, do CTN c/c art. 908, § 1º, do CPC.

DA RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE: Correrão por conta do arrematante todas as providências necessárias para a imissão na posse do imóvel bem como as despesas com transferência, recolhimento de ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras,

registros e outras despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reforma não averbados nos órgãos competentes além de outros débitos que incidir sobre o imóvel, excetuados aqueles quitados com o produto da presente. Será de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas à desocupação, transferência dos imóveis.

DA BAIXA DOS GRAVAMES NO FÓLIO REAL: Conforme artigo 320-G do Provimento 188/2024, nos termos da Lei, em caso de arrematação, todos os ônus da matrícula anteriores à data da expedição da carta de arrematação, serão baixadas por este Juízo de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis competente, momento em que tal instituição deverá também noticiar a baixa dos ônus aos respectivos detentores de tais prerrogativas, de tudo dando ciência nos autos.

DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.picellileiloes.com.br, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, §2º, do CPC.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O leilão será realizado de forma híbrida no sítio eletrônico www.picellileiloes.com.br, no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 e será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO, MATRICULADO na JUCESP sob nº 754**, habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP.

DOS LANCES: Os lances deverão ser ofertados pela rede INTERNET, através do portal <http://www.picellileiloes.com.br/>.

FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efetuado, mediante guia de depósito judicial, podendo ser à vista ou parcelado, sendo que o pagamento à vista será sobreposto ao parcelado ainda que este seja mais vultuoso. (art. 895, § 7º do CPC).

À VISTA: O pagamento à vista deverá ocorrer no prazo de 24 horas da confirmação de lance vencedor, como também deverá ser providenciado o pagamento da comissão do Leiloeiro no mesmo prazo.

PARCELADO: O interessado deverá apresentar proposta por escrito através do endereço eletrônico: contato@picellileiloes.com.br, até o início do leilão que deverá indicar o sinal de no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e o saldo em até 30 (trinta) parcelas reajustáveis pelo indexador do TJ/SP, com a garantia da hipoteca legal do próprio bem em epígrafe, consubstanciado no artigo 1.489, V do Código Civil. A apresentação de proposta não suspende o leilão (art. 895, §6º, do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações incidirá multa de 10% (dez por cento), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, nos termos do artigo 895, § 4º do CPC, que ficará pendente a homologação do Magistrado. Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará que o arrematante é remisso ao Juízo, para a perda da caução e comissão já depositadas, voltando

os bens ao novo leilão, conforme artigo 897 do CPC, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos. **Conforme hodierna jurisprudência será aceito proposta no curso do leilão:** *“Agravo de Instrumento. Ação de despejo em fase de cumprimento de sentença. Proposta de arrematação do bem penhorado, mediante pagamento parcelado (artigo 895, II, do Código de Processo Civil), apresentada na vigência do segundo leilão. Admissibilidade. Ausência de prejuízo, uma vez que preservada a possibilidade de prevalência de eventual lance à vista ou em condições mais vantajosas de parcelamento, nos termos dos § 7º e 8º do referido artigo 895. Arrematação de imóvel que, por outro lado, é garantida por hipotecado próprio bem, sendo desnecessário o oferecimento de caução. Proposta que observou os requisitos legais, inclusive com indicação do indexador de correção monetária das parcelas. Recurso improvido.”(Agravo de Instrumento nº 2072683-74.2018.8.26.0000 – 32ª Câmara de Direito Privado – Desembargador Relator RUY COPPOLA – j.22/01/2019 – v.u.).*

Acaso não haja o pagamento no prazo estipulado, o Juiz poderá aprovar a venda do bem para o segundo colocado, pelo último lance por ele ofertado.

ARREMATACÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO: Poderá o Exequente, caso for o único credor, arrematar o bem utilizando os créditos do próprio processo, acaso não sejam suficientes para a aquisição do bem, deverá este, complementar no prazo de 3 (três) dias, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação e nesse caso, será realizado novo leilão, à custa do exequente, observando o previsto no artigo 892, §1º, §2º e § 3º do CPC. Deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, na forma mencionada no edital sendo que que não será considerada despesa processual.

LANCE CONDICIONAL: Acaso não haja licitantes no leilão, será aberto a captação de lance na modalidade condicional pelo prazo de 30 (trinta), dias. Decorrido o referido prazo será informado ao juízo as propostas recebidas, ficando condicionadas à homologação do Magistrado, para posterior emissão do dos documentos em caso de aceitação.

DA COMISSÃO: Em caso de arrematação, a comissão a ser paga será de **5% (cinco por cento)** sobre o valor do lance vencedor (art. 7 da Resolução 236/2016 – CNJ)

§ 1º Não será devida a comissão ao leiloeiro público na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública.

§ 2º Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no art. 775 do Código de Processo Civil, o leiloeiro público e o corretor devolverão ao arrematante o valor recebido a título de comissão, corrigido pelos índices aplicáveis aos créditos respectivos.

§ 3º Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro e o corretor público farão jus à comissão prevista no caput.”

A forma de pagamento, através de transferência eletrônica digital (TED), em conta bancária, a ser informada por esse Gestor e a comprovação do pagamento deverá ser encaminhada para atendimento@picellileiloes.com.br

Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no portal <http://www.picellileiloes.com.br/>. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Decreto n. 21981/32, Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ), e demais normas aplicáveis ao Código de Processo Civil, Código Civil e o “caput” do art. 335 do Código Penal.

Nos termos do artigo 889 incisos I à VIII e parágrafo único, do CPC, ficam as partes e interessados, intimados das designações supra, uma vez que a publicação do presente edital supre a intimação das partes e de seus patronos, caso não sejam localizados para as intimações pessoais.

Jaguariúna, 17 de janeiro de 2025.

Dra. Ana Paula Colabono Arias
Juíza de Direito

Joel Augusto Picelli Filho
Leiloeiro Oficial – Jucesp 754